

# Há vários obstáculos no caminho que leva o País à modernidade

25 ABR 1991

CAZETA MERCANTIL

Josué Souto Maior  
Mussalém\*

O objetivo do governo federal de, a médio prazo, conduzir o Brasil ao caminho da modernidade e do Primeiro Mundo vai esbarrar, no curto prazo, com um sério problema: a queda real dos salários no País. Os salários têm sido alvo de diversas investidas, na medida em que são considerados pelos economistas como fatores de pressão inflacionária. A história recente de nossas políticas públicas mostra uma visão oposta, ou seja, apesar das políticas contracionistas da massa salarial, a inflação continua e, em alguns momentos, chega até a aumentar.



Dissecar as causas básicas da inflação em nosso país pode ser até uma tarefa fácil, em termos, para os mais renomados economistas brasileiros. Difícil mesmo é o combate a essa inflação. O déficit público é apontado como a causa básica do processo. Não é o déficit em si mas sim a forma de seu financiamento. A atual política monetária e também a política fiscal vêm sendo mantidas restritivas, o que tem proporcionado um controle dos gastos públicos, por parte do governo federal, mais eficiente do que em períodos governamentais anteriores. Hoje em dia, não resta dúvida de que o Banco Central tem tido uma ação mais eficiente no controle da moeda e da expansão monetária. Mas a causa ou as causas básicas da inflação brasileira parecem não se limitar apenas a aspectos econômicos e financeiros. Vale dizer que a inflação também tem fortes conotações de ordem psicológica. Daí o fato de a "cultura inflacionária" em nossa sociedade ser uma triste realidade.

Assim, a redução dos salários seria uma medida se não inócua pelo menos de pouco efeito prático na redução rápida do processo inflacionário existente em nosso país. Logo, o achatamento salarial e a indefinição de uma política de salários transitória que permitisse uma readaptação da sociedade a uma nova forma de convivência a nível de uma política de rendas só transtornos têm causado ao País. Para efeito prático é importante dividir este artigo em duas partes, ou seja, a das razões do governo em tentar modificar a questão salarial no Brasil e os efeitos reais produzidos até agora por tal política e até mesmo de governos anteriores. As razões do governo podem ser resumidas da seguinte forma:

1. A indexação dos salários ao longo dos últimos anos não deu ao trabalhador uma real recomposição de sua renda, o que prova que a prática de reajustes salariais com base na inflação passada não funciona.

2. Uma política monetária de enxugamento da liquidez, como base para um combate efetivo da inflação, pressupõe uma correlação com uma política de rendas que mantenha pelo menos constante o poder de compra dos salários para evitar uma expansão da liquidez via consumo aumentado.

3. O governo tentou e ainda tenta tirar a memória inflacionária das relações capital/trabalho através da desindexação salarial, buscando também criar espaços novos para a livre negociação, o que não tem sido fácil.

4. O governo vem tentando induzir o sistema produtivo nacional a adotar novas formas de produção adicionando tecnologias apropriadas e aumentando a produtividade, o que resultará a médio e longo prazos num aumento do salário real dos trabalhadores diretamente envolvidos nesse processo produtivo.

Essas quatro razões básicas do governo federal para modificar a postura brasileira de reajuste de salários têm, no entanto, pouco efeito prático em termos de combate à inflação e, ao contrário do esperado, causado efeitos negativos para a economia nacional. Dessa forma, os efeitos até agora apresentados podem ser assim resumidos:

1. Antes mesmo do Plano Collor I já existia no País uma política contracionista da massa salarial. Pesquisa recente divulgada pela Fundação Seade e pelo DIEESE indica que o salário real pago em fevereiro deste ano foi o mais baixo dos últimos cinco anos, segundo a pesquisa mensal daquelas entidades. E o mais grave ainda: o salário pago em fevereiro de 1991 equivale a apenas 60% do valor pago em 1985. Isso mostra que não se pode atribuir apenas ao Plano Collor I a perda salarial verificada no País, mas o fato é que a política recessiva antiinflacionária desse plano agravou ainda mais o baixo poder aquisitivo da população brasileira.

2. A queda do salário real tem fortes implicações na economia, entre as quais se destacam: a perda do poder aquisitivo da população, com redução das vendas no comércio, a diminuição das encomendas ao setor industrial e a perda real na arrecadação tributária da União, dos estados e dos municípios. A posse recente dos novos governadores trouxe à luz do dia a real e crítica situação dos estados, em termos tributários, e do comprometimento das receitas com gastos incompressíveis, como a folha de pessoal. Apesar dos gastos eleitorais elevados, o certo é que a receita proveniente do ICMS vem caindo em termos reais desde agosto de 1990 na maioria dos estados da Federação.

3. A redução do poder aquisitivo da sociedade implica gastos sociais maiores para o próprio governo, uma vez que cai a qualidade de vida da população, pressionando os programas sociais de saúde, educação e seguro-desemprego, para não falar em outros programas sociais anunciados mas não implantados.

4. A queda do poder aquisitivo pela redução do salário real ocorre numa fase crítica de nossa economia, mergulhada numa grande recessão com elevados índices de desemprego, de acordo com as últimas estatísticas divulgadas pelo IBGE e pela FIESP. Desemprego, baixos salários e baixa produtividade formam, assim, a trilogia do desgaste político que vêm sofrendo o próprio governo e a sociedade como um todo.

A conclusão que se pode

tirar dessa situação é que talvez não esteja valendo a pena o sacrifício imposto ao País de diminuição do seu poder de compra e de sua qualidade de vida para combater uma inflação que teima em permanecer elevada. O atenuante a este processo é sem dúvida a forte economia informal ainda não dimensionada pelos economistas e cujos limites são desconhecidos. É certo que os caminhos para a modernidade passam obrigatoriamente por uma maior distribuição de renda e o capitalismo moderno não protegido pelo Estado depende de um mercado interno forte e dinâmico. É certo também que não se constrói uma

economia de mercado com salários reais achatados e produtividade reduzida.

São dilemas difíceis de serem equacionados no curto prazo, mas também são problemas que não cabem apenas ao Estado resolvê-los mas sim a toda a sociedade brasileira. Finalmente, salários reais achatados são características de países subdesenvolvidos ou economias centralizadas, do tipo do fracassado socialismo do Leste europeu, e não de países de economia desenvolvida. Cabe ao nosso país escolher sua própria alternativa.

\*Economista e membro do conselho consultivo da SUCESU nacional.